

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS TÉCNICAS PROJETIVAS

ARLINDO J. A. CUNHA

As chamadas técnicas projetivas de exame da personalidade, notadamente o Psicodiagnóstico de Rorschach e o "Thematic Apperception Test" de Murray — justamente por serem dos mais difundidos e valiosos testes projetivos —, têm sido atualmente alvo de numerosas críticas, restrições e ataque de um lado e de elogios irrestritos e ardorosos por outro. O fato, porém, é que aqueles que têm atitudes extremadas para com os referidos métodos, quer estejam de um lado, quer do outro, ou não têm uma concepção nítida do alcance, validade e confiabilidade de tais técnicas, ou vêem a questão de um ângulo especial — que pode ser em função da orientação profissional adotada ou por razões de ordem pragmática — deixando desta maneira de encarar o problema em todos os seus aspectos e com a atitude de serenidade e imparcialidade que para tanto se requer.

Para que se tenha uma noção até certo ponto precisa sobre o assunto, será útil que se leve em consideração os seguintes aspectos:

*O valor relativo das técnicas projetivas*, como parte de uma bateria de testes e de outros processos de exame da personalidade. As técnicas projetivas são, antes de mais nada, auxiliares no diagnóstico, podendo em alguns casos, lançar luzes sobre o prognóstico. Devem somente ser empregadas em conjunto com outras provas, sendo bastante perigoso e arriscado tirar-se conclusões definitivas de apenas uma prova projetiva.

*O emprêgo oportuno das provas projetivas*. A seleção das técnicas a serem empregadas, de acôrdo com a natureza do caso, os momentos oportunos de seu emprêgo, durante o curso do período do exame e a reserva de certas provas para determinados momentos específicos, quando se fizer mister a elucidação de algum ponto obscuro que determinado teste possa clarear (a exemplo de tendências suicidas que o TAT pode revelar), à guisa de 'pega ladrão'.

*A capacidade do interpretador*, também constitui um problema de suma importância. O teste em si é apenas um instrumento o qual pode ser bem ou mal manejado pelo intérprete. Chega-se muitas vezes a resultados os mais contraditórios possíveis, quando um mesmo protocolo é interpretado por diferentes pessoas com graus de cultura, capacidade ou formação diversa.

Outro ponto que deve ser levado em consideração é um exato conhecimento da gênese das provas projetivas por parte do intérprete.

Evidentemente, subentende-se que só estará apto a lidar com tais processos, pessoa possuidora de uma sólida e eficiente formação psicológica, notadamente no que se refere ao conceito de personalidade.

Além do que diz respeito à base científica e formação do psicólogo, devem ser levados em conta e considerados, meticolosamente, fatores de ordem endógena, ou seja, a *personalidade* do examinador. Dessa maneira, torna-se evidente que todo aquele revestido da função de intérprete, *deve* ter um conhecimento o mais profundo e satisfatório possível de si próprio, estando (dentro dos limites razoáveis) livre de conflitos interiores e demais problemas de tal ordem, de vez que somente assim se poderá evitar o perigoso e traiçoeiro processo da "autoprojeção", cujas consequências são as mais desastrosas possíveis. Por outro lado, coexistindo com as características e condições acima, deve haver a presença de outro traço endógeno: empatia. Tal coexistência, inegavelmente, é de certo modo bem difícil de ser obtida na proporção necessária, de vez que tais características apresentam em alguns aspectos traços aparentemente contraditórios. Em suma: três conceitos traduzem admiravelmente o que é imprescindível e necessário a todo psicólogo de um modo geral e a todo interpretador de provas projetivas, de um modo particular: "insight", empatia e maturidade.

Uma questão que também tem proporcionado certa controvérsia, é a que se refere ao fator *quantitativo* nas técnicas projetivas. Aham alguns, que se tem abusado da matemática na psicologia e que não se pode de forma alguma medir numericamente algo de tão relativo e sutil como os diversos fatores que integram a personalidade. Na realidade, este é um ponto, sem dúvida alguma, digno de um estudo ponderado e cuidadoso, principalmente se levarmos em conta o fato de não existirem sequer, duas pessoas iguais. Entretanto, no exame desta questão, deve ser considerado antes de mais nada o conceito de *normalidade*. E a normalidade, antes de tudo, vem a ser certa maneira um conceito *estatístico*. Não existe e nem jamais existiu uma norma universal e absoluta de conduta humana. O conceito de normalidade difere fundamentalmente no tempo e no espaço e desta maneira está, íntima e indissolúvelmente ligado ao fator *cultura*. Com isto, já se vê e compreende de algum modo a necessidade e o valor do elemento quantitativo dentro da psicologia. Não obstante, é óbvio que tal uso da matemática deve ser extremamente cauteloso e manejado com muita destreza, pois, se o seu emprêgo quando bem utilizado pode tornar-se um elemento de real valor, como auxiliar, para que se tenha uma medida aproximada e relativa do conceito de normalidade, *local* e *temporal*, inversamente o uso defeituoso do referido sistema, contribui decididamente para falsear e confundir os fatos, impedindo desta forma uma visão relativamente nítida e aproximada da realidade imediata. O emprêgo bem utilizado da estatística é, portanto, um elemento de real e inestimável valor na pesquisa, permitindo assim que se possam comparar dados e conclusões de pesquisas semelhantes, feitos em áreas diversas, contribuindo desta maneira para o desenvolvimento da ciência. Como já ficou dito antes, por ser justamente uma arma de dois gumes, somente quando bem manejada deve ser digna de crédito e considerada cientificamente válida.